

Vinicius Silva Lemos

AGRAVO DE INSTRUMENTO



**2ª Edição
Revista e Atualizada**

Curitiba
Juruá Editora
2018

Visite nossos sites na Internet
www.jurua.com.br e
www.editorialjurua.com
 e-mail: editora@jurua.com.br

A presente obra foi aprovada pelo Conselho Editorial Científico da Juruá Editora, adotando-se o sistema *blind view* (avaliação às cegas). A avaliação inominada garante a isenção e imparcialidade do corpo de pareceristas e a autonomia do Conselho Editorial, consoante as exigências das agências e instituições de avaliação, atestando a excelência do material que ora publicamos e apresentamos à sociedade.

ISBN: 978-85-362-8071-4

JURUÁ
 EDITORA

Brasil – Av. Munhoz da Rocha, 143 – Juvevê – Fone: (41) 4009-3900
 Fax: (41) 3252-1311 – CEP: 80.030-475 – Curitiba – Paraná – Brasil

Europa – Rua General Torres, 1.220 – Lojas 15 e 16 – Fone: (351) 223 710 600 –
 Centro Comercial D'Ouro – 4400-096 – Vila Nova de Gaia/Porto – Portugal

Editor: José Ernani de Carvalho Pacheco

Lemos, Vinicius Silva.

L557 Agravo de instrumento à luz do novo CPC./ Vinicius
 Silva Lemos./ 2ª edição./ Curitiba: Juruá, 2018.
 338p.

1. Agravo (Direito processual). 2. Decisão (Direito).
 3. Direito civil. 4. Processo civil. I. Título.

00047

CDD 347 (22.ed)
 CDU 347.9

SUMÁRIO

Capítulo 1	O AGRAVO DE INSTRUMENTO E EVOLUÇÃO NO DIREITO BRASILEIRO	29
1.1	O AGRAVO DE INSTRUMENTO NO CPC/1939	29
1.2	O AGRAVO DE INSTRUMENTO NO CPC/1973 E A SUA EVOLUÇÃO HISTÓRICA	35
1.2.1	A Alteração Realizada pela Lei 9.139, de 30.11.1995	38
1.2.2	A Alteração Realizada pela Lei 9.756, de 17.12.1998	41
1.2.3	A Alteração Realizada pela Lei 10.352, de 26.12.2001	44
1.2.4	A Alteração Realizada pela Lei 11.187, de 19.10.2005	47
1.3	O AGRAVO DE INSTRUMENTO NO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL PROJETADO – PLS 166/2010	53
1.3.1	As Decisões de Primeiro Grau no CPC/2015 ...	63
Capítulo 2	O AGRAVO DE INSTRUMENTO NO CPC/2015	67
2.1	CONCEITO	67
2.2	A ESCOLHA PELO ROL TAXATIVO NO PROCESSO DE CONHECIMENTO E A CRIAÇÃO DE ESPÉCIES DE DECISÕES INTERLOCUTÓRIAS: AGRAVÁVEIS E NÃO AGRAVÁVEIS	70
2.2.1	Um Sistema de Preclusão da Decisão Interlocutória	73
2.2.1.1	As decisões interlocutórias agraváveis e a relação com a preclusão	74
2.2.1.2	As hipóteses de decisão interlocutórias não passíveis de agravo	

	de instrumento e a preclusão não imediata.....	75
	2.2.1.2.1 O equívoco do texto legal ao utilizar o termo “ <i>não são cobertas pela preclusão</i> ”	79
2.3	MODALIDADES DE CABIMENTO DO AGRAVO DE INSTRUMENTO	79
2.3.1	Tutelas Provisórias.....	81
2.3.1.1	A tutela provisória requerida na inicial	89
2.3.1.2	A tutela provisória requerida após a inicial.....	91
2.3.1.3	A tutela provisória de urgência requerida em caráter antecedente	93
2.3.1.3.1	A tutela provisória de urgência antecipada em caráter antecedente.....	94
2.3.1.3.2	A tutela provisória de urgência cautelar em caráter antecedente	96
2.3.1.4	A tutela provisória concedida na sentença e a impossibilidade da utilização do agravo de instrumento	97
2.3.1.5	A possibilidade de sustentação oral nesta hipótese de agravo de instrumento	100
2.3.2	Mérito do Processo	101
2.3.2.1	A natureza jurídica definida no CPC/2015: decisão interlocutória de mérito	103
2.3.2.2	Hipóteses de cabimento da decisão interlocutória parcial de mérito	104
2.3.2.3	A necessidade de equiparação do agravo de instrumento contra decisão parcial de mérito à apelação ...	106
2.3.2.3.1	Efeito suspensivo e o agravo de instrumento contra decisão parcial de mérito	108

2.3.2.3.2	Sustentação oral no agravo de instrumento contra decisão interlocutória parcial de mérito	111
2.3.2.3.3	Impugnação das decisões interlocutórias não agraváveis anteriores à decisão interlocutória parcial de mérito	112
2.3.2.3.4	A decisão interlocutória parcial de mérito como possibilidade de sucumbência recíproca e a possibilidade do recurso adesivo no agravo de instrumento	114
2.3.2.3.5	Possibilidade de estipulação de honorários advocatícios na fase recursal via agravo de instrumento cabível contra decisão interlocutória parcial de mérito	115
2.3.2.3.6	A teoria da causa madura nesta espécie de agravo de instrumento.....	117
2.3.2.3.7	A decisão interlocutória parcial de mérito e a impossibilidade de retratação do juízo <i>a quo</i>	119
2.3.2.3.8	A possibilidade do agravo de instrumento em decisão que nega o julgamento de mérito.....	121
2.3.3	Rejeição da Alegação de Convenção de Arbitragem	121
2.3.3.1	A extensividade pela competência: (im)possibilidade?.....	123
2.3.3.2	A decisão de reconhecimento da incompetência absoluta.....	125

2.3.3.3	A decisão do STJ – REsp 1679909/RS – sobre a questão da competência e a interpretação extensiva	127
2.3.3.4	A competência do árbitro para decidir sobre a sua competência e a impossibilidade do agravo de instrumento	128
2.3.4	Incidente de Desconsideração da Personalidade Jurídica	129
2.3.4.1	As decisões interlocutórias internas ao incidente de desconsideração da personalidade jurídica	131
2.3.4.2	A legitimidade recursal da decisão interlocutória que desconsidera a personalidade jurídica	133
2.3.4.3	A decisão interlocutória sobre o incidente de desconsideração da personalidade jurídica inversa	134
2.3.4.4	A desconsideração da personalidade jurídica pleiteada na inicial e a sua relação com o agravo de instrumento	135
2.3.5	Rejeição do Pedido de Gratuidade da Justiça ou Acolhimento do Pedido de Sua Revogação ..	136
2.3.5.1	A decisão interlocutória de acolhimento do pedido de revogação sem má-fé	138
2.3.5.2	A decisão interlocutória de acolhimento do pedido de revogação com má-fé	139
2.3.5.3	A decisão que defere a gratuidade com modulação de efeitos	139
2.3.5.3.1	A decisão que defere a gratuidade para somente aquele ato	140
2.3.5.3.2	A decisão que defere a gratuidade em percentual menor	141
2.3.5.3.3	A decisão que parcela o valor das custas	142
2.3.5.3.4	A decisão que posterga a análise da gratuidade ..	142

2.3.6	Exibição ou Posse de Documento ou Coisa....	143
2.3.6.1	A decisão interlocutória que defere o pedido de exibição ou posse de documento ou coisa	145
2.3.6.1.1	A decisão interlocutória para a outra parte exibir..	146
2.3.6.1.2	A decisão interlocutória para terceiro exibir	147
2.3.6.2	A decisão interlocutória que indefere o pedido de exibição ou posse de documento ou coisa	147
2.3.6.3	A impossibilidade da utilização da analogia para outras espécies de produção de provas	148
2.3.6.4	A possibilidade de revisão sobre a decisão que determina a exibição de documentos culminando em nova decisão interlocutória sobre a matéria..	149
2.3.7	Exclusão de Litisconsorte	150
2.3.7.1	A exclusão de um litisconsorte passivo	152
2.3.7.2	A exclusão de um litisconsorte ativo	153
2.3.7.3	A decisão pela exclusão do réu com base no art. 338	154
2.3.7.4	A decisão que nega o pedido de exclusão de litisconsorte	158
2.3.8	Rejeição do Pedido de Limitação do Litisconsórcio.....	159
2.3.8.1	A decisão positiva do pedido de limitação do litisconsórcio	161
2.3.9	Admissão ou Inadmissão de Intervenção de Terceiros.....	161
2.3.9.1	A irrecorribilidade da decisão interlocutória que autoriza ou rejeita o <i>amicus curiae</i>	164
2.3.10	Concessão, Modificação ou Revogação do Efeito Suspensivo aos Embargos à Execução	166
2.3.10.1	A decisão interlocutória pela concessão do efeito suspensivo aos embargos à execução	168

2.3.10.2	A impossibilidade do agravo de instrumento na decisão interlocutória que indefere o efeito suspensivo aos embargos à execução – análise do REsp 1694667/PR.....	169
2.3.10.3	A decisão interlocutória que modifica ou revoga o efeito suspensivo	173
2.3.10.4	A decisão interlocutória negativa sobre a modificação ou revogação do efeito suspensivo.....	174
2.3.10.5	A impossibilidade de interpretar as decisões interlocutórias dos embargos à execução como decisões interlocutórias do processo de execução..	175
2.3.11	Redistribuição do Ônus da Prova nos Termos do Art. 373, § 1º.....	176
2.3.11.1	O rito da redistribuição do ônus da prova	178
2.3.11.2	Momento da decisão interlocutória de redistribuição do ônus da prova e as implicações revisionais	180
2.3.11.2.1	A prolação de uma decisão <i>inaudita altera pars</i> sobre a redistribuição do ônus da prova	182
2.3.11.3	A decisão interlocutória negativa ao pedido de redistribuição do ônus da prova	184
2.3.11.4	A impossibilidade do agravo de instrumento sobre a decisão sobre a inversão do ônus da prova.....	185
2.3.11.5	O negócio jurídico processual sobre a redistribuição do ônus da prova e o agravo de instrumento.....	186
2.3.12	Hipóteses Amplas na Fase de Liquidação de Sentença ou de Cumprimento de Sentença, no Processo de Execução e no Processo de Inventário	188
2.3.12.1	O agravo de instrumento na liquidação de sentença.....	189
2.3.12.2	O agravo de instrumento no cumprimento de sentença.....	191

2.3.12.3	O agravo de instrumento no processo de execução de título extrajudicial	193
2.3.12.4	O agravo de instrumento no processo de inventário	196
2.3.13	As Hipóteses Escondidas de Agravo de Instrumento: a Decisão Interlocutória Parcial Sem Mérito e a Decisão Interlocutória de Distinção em Primeiro Grau	197
2.3.13.1	A decisão interlocutória parcial sem mérito	197
2.3.13.2	A decisão interlocutória de distinção em primeiro grau	198
2.3.14	O Agravo de Instrumento em Lei Extravagante: Agravo de Instrumento na Lei 11.101/2005	200
2.3.15	O Agravo de Instrumento Direto no STJ: Cabimento do Agravo de Instrumento em Hipótese da Justiça Federal	200

Capítulo 3	AS DECISÕES INTERLOCUTÓRIAS NÃO PASSÍVEIS DE AGRAVO DE INSTRUMENTO.....	203
3.1	A TAXATIVIDADE DO AGRAVO DE INSTRUMENTO PARA AS DECISÕES INTERLOCUTÓRIAS DA FASE DE CONHECIMENTO.....	203
3.2	O PROBLEMA DA LIMITAÇÃO DAS HIPÓTESES DO AGRAVO DE INSTRUMENTO.....	204
3.3	A FORMA TARDIA DA IMPUGNAÇÃO DAS DECISÕES INTERLOCUTÓRIAS NÃO AGRAVÁVEIS E SEUS REFLEXOS	207
3.4	A CONSEQUÊNCIA TEMPORAL-PROCESSUAL DE UMA POSSÍVEL REVERSÃO	208
3.5	A POSSIBILIDADE DE EXTENSIVIDADE DAS HIPÓTESES DE AGRAVO DE INSTRUMENTO	210
3.5.1	Os Perigos da Interpretação Extensiva	214
3.5.1.1	A necessidade de entendimento doutrinário ou jurisprudencial sobre a questão	215
3.5.1.2	A regra pela faculdade da não preclusão da decisão não agravável em hipóteses de interpretação extensiva do agravo de instrumento.....	216

	3.5.1.3	Uma escolha e a preclusão	219
3.5.2		Análise de Possibilidades ou Impossibilidades de Interpretação Extensivamente	219
	3.5.2.1	As hipóteses possíveis de extensividade	220
	3.5.2.1.1	A hipótese de extensividade no agravo de instrumento por distinção	221
	3.5.2.1.2	A decisão interlocutória da rejeição de negócio jurídico processual	222
	3.5.2.1.3	A decisão interlocutória da rejeição de negócio jurídico processual sobre competência	225
	3.5.2.1.4	A decisão interlocutória que aplica multa processual	226
	3.5.2.1.5	A decisão interlocutória de saneamento	228
	3.5.2.1.6	A decisão interlocutória sobre a decisão antecipada de prova parcial	230
	3.5.2.1.7	A decisão interlocutória sobre a produção de prova pericial	232
3.6		A RECORRIBILIDADE DAS DECISÕES INTERLOCUTÓRIAS NÃO AGRAVÁVEIS	233
	3.6.1	Apelação do Vencido: Momento de Impugnar as Decisões Interlocutórias Não Passíveis de Agravo de Instrumento	234
	3.6.1.1	O requisito da impugnação das decisões interlocutórias não agraváveis: formalidade ou subjetividade?	236
	3.6.2	As Contrarrazões como Apelação do Vencedor	237
	3.6.2.1	Características das contrarrazões como apelação do vencedor	238
	3.6.2.2	O contraditório e a ordem de julgamento	240

3.7	OUTRAS FORMAS DE IMPUGNAÇÃO DA DECISÃO NÃO AGRAVÁVEL DE INSTRUMENTO?	241
3.7.1	Mandado de Segurança.....	242
3.7.2	Correção Parcial	245

Capítulo 4**A LIBERDADE DECISÓRIA DO JUÍZO DE PRIMEIRO GRAU NAS MATÉRIAS DE DECISÕES INTERLOCUTÓRIAS NÃO AGRAVÁVEIS** 249

4.1	A ATIVIDADE JUDICIAL DIANTE DA RECORRIBILIDADE LIMITADA DAS DECISÕES INTERLOCUTÓRIAS	249
4.2	AS DECISÕES INTERLOCUTÓRIAS NÃO AGRAVÁVEIS E AS POSSÍVEIS NULIDADES.....	251
4.3	A NECESSIDADE DE MAIOR CONSCIÊNCIA DECISÓRIA NA INTERLOCUTÓRIA NÃO AGRAVÁVEL PELO JUÍZO DE PRIMEIRO GRAU.....	253
4.4	A CRIAÇÃO PELO CPC/2015 DA DECISÃO INTERLOCUTÓRIA <i>STAND-BY</i> NO PROCESSO DE CONHECIMENTO.....	255
4.5	OS NOVOS PRINCÍPIOS PROCESSUAIS DO CPC/2015 E O AGRAVO DE INSTRUMENTO.....	256
4.5.1	O Princípio da Primazia de Mérito no Agravo de Instrumento	256
4.5.2	O Princípio da Cooperação e o Agravo de Instrumento.....	262
4.5.3	O Princípio da Fundamentação Judicial Analítica e o Agravo de Instrumento.....	267

Capítulo 5**O PROCEDIMENTO DO AGRAVO DE INSTRUMENTO ..** 275

5.1	FORMA DE INTERPOSIÇÃO	275
5.2	A DESNECESSIDADE DE CÓPIAS OBRIGATÓRIAS QUANDO OS AUTOS FOREM ELETRÔNICOS	278
5.2.1	A Conjunção do Art. 218, § 4º e o Art. 1.017, § 5º: a Interposição do Agravo de Instrumento, em Autos Eletrônicos, Independe da Ciência da Decisão.....	279
5.3	PROCESSAMENTO DO AGRAVO DE INSTRUMENTO.....	282

5.4	EFEITOS DO AGRAVO DE INSTRUMENTO: <i>DEVOLUTIVO, SUSPENSIVO E TRANSLATIVO</i>	283
5.4.1	Efeito Regressivo: a Importância da Petição de Informação do Art. 1.018 e a Interposição do Agravo de Instrumento	286
5.4.1.1	Juízo de retratação ou efeito regres- sivo no agravo de instrumento	288
5.5	POSSIBILIDADE DA DECISÃO MONOCRÁTICA PELO RELATOR	289
5.6	O PEDIDO DE ANTECIPAÇÃO DA TUTELA RE- CURSAL.....	290
5.7	JULGAMENTO NÃO UNÂNIME EM MATÉRIA DE MÉRITO NO AGRAVO DE INSTRUMENTO ...	293
5.8	O AGRAVO DE INSTRUMENTO E A APELAÇÃO AO MESMO TEMPO NO TRIBUNAL.....	295
5.9	AGRAVO DE INSTRUMENTO E OS HONORÁ- RIOS ADVOCATÍCIOS RECURSAIS.....	297
5.10	AGRAVO DE INSTRUMENTO E A POSSIBILI- DADE DE EXTINÇÃO DO PROCESSO.....	302
5.11	O AGRAVO DE INSTRUMENTO E A IMPOSSI- BILIDADE DE ARRASTAMENTO DE HIPÓTE- SES NÃO AGRAVÁVEIS	302
5.12	A DESNECESSIDADE DE PROTESTO ANTIPRE- CLUSIVO: A ANTINOMIA DO ART. 278 E O ART. 1.009, § 1º.....	304
5.13	A IMPOSSIBILIDADE DA DECISÃO DO JUÍZO DE PRIMEIRO GRAU SOBRE ADMISSIBILIDA- DE DA APELAÇÃO.....	309
Capítulo 6	O NOVO AGRAVO DE INSTRUMENTO: UM SISTEMA EM BUSCA DE SOLUÇÃO	313
	REFERÊNCIAS	317
	ÍNDICE REMISSIVO.....	325